

Relação das dissertações defendidas na linha de pesquisa “História, Historiografia e Idéias Educacionais” do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba/SP

Autos cíveis de tutoria e contrato de órfãos na comarca de Bragança-SP (1891-1920)

Ana Cristina do Canto Lopes Bastos

Data de defesa: 18/3/2005

Banca: Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Junior (Orientador); Profa. Dra. Diana Vidal (Examinadora); Profa. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori

A proposta central deste trabalho é analisar as situações envolvendo exploração do trabalho infantil, violência e maus-tratos com crianças e adolescentes abandonados, órfãos, pobres e desvalidos no terceiro quartel do século XIX, mais precisamente entre 1871 e 1900, em Autos de Tutoria e Contrato de Órfãos da Comarca de Bragança-SP. Esta análise mostrará ainda as relações envolvendo o trabalho como educação e disciplinarização com esse grupo de crianças e adolescentes. Nas relações de trabalho, que criam a figura da criança trabalhadora, realçando as diferenças sociais, procurou-se articular em defesa da participação desses menores na sociedade, como sujeito histórico. As fontes analisadas para o trabalho foram basicamente os Autos de Tutoria e Contrato de Órfãos da Comarca de Bragança-SP. Por meio deles obtivemos grande parte das informações, constituindo a base desta pesquisa. Foram examinados almanaques e anuários de Bragança (1900), jornais da época tais como: *O Guaripocaba* (1877-1888) e *O Novo Mundo: Periódico Ilustrado do Progresso da Edad* (1872), além de obras raras no campo do Direito, para elucidar aspectos referentes a organização do Judiciário no período em questão.

Palavras-chave: Infância; Educação; Bragança Paulista (SP).

Cidadania e educação nos projetos de educação do negro na sociedade brasileira: séc. XIX e início do XX

Fábio Pinto Gonçalves dos Reis

Data de defesa: 25/2/2005

Banca: Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Junior (Orientador); Profa. Dra. Maria Cristina Cortez Wissenbach (Examinadora); Profa. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori

O ponto de partida deste trabalho é o estudo dos projetos nacionais elaborados e defendidos por sujeitos históricos que se dirigiram em favor do alcance da cidadania pelos negros no século XIX e início do XX. A intenção é refletir sobre questões relativas à escolarização e à educação do escravo, ex-escravo e forro, sob o ponto de vista da historiografia social da escravidão e da história da educação brasileira. Embora a historiografia da educação brasileira tenha se dedicado pouco ao estudo referente à educação dessas populações, este trabalho, em um primeiro momento, procura demonstrar existência de situações nas quais estes segmentos da sociedade tiveram acesso à cultura escrita. Nesse sentido, foram destacadas tanto as experiências educativas institucionalizadas quanto as vivenciadas no âmbito da família escrava, das sociabilidades em torno da criança negra e do trabalho especializado aprendido e exercido pelo cativo. Para tanto, foi necessário proporcionar um certo grau de historicidade para o conceito de educação a fim de contribuir na confluência da cidadania com questões educativas mais amplas das populações negras no Brasil. Nesta empreitada pela educação e cidadania, constatou-se também a existência de iniciativas autônomas dos próprios negros (escravos ou não) em busca do seu processo de escolarização, bem como, as ações favoráveis de setores como a igreja, a maçonaria e o abolicionismo, com o objetivo de fornecer os subsídios necessários à educação dessas camadas da população. Em seguida, analisamos sistematicamente as propostas de educação e cidadania para os escravos e ex-escravos nos projetos nacionais elaborados por José Bonifácio, Perdígão Malheiro, Rui Barbosa, André Rebouças, Joaquim Nabuco e José Veríssimo, ao longo do séc. XIX e início do XX. Mediante esta análise, conclui-se que as propostas desses projetos defendidos até a metade do século XIX sustentaram como vértices da cidadania e educação do escravo a questão da posse e usufruto de terras. A proposta de concessão de terras buscava amenizar os conflitos e as fugas, subsidiar seu sustento e permitir a comercialização dos produtos excedentes, inserindo o escravo no mercado de trabalho. Após 1850, com a proibição do tráfico, a elite brasileira pressentiu que a abolição do trabalho escravo estava próxima e, nesse sentido, defendeu por meio dos projetos uma educação que moralizasse e preparasse o cativo para o futuro trabalhador livre.

Palavras-chave: Negro e educação; História; Cidadania.

O diálogo entre lideranças católicas e intelectuais de esquerda na redemocratização brasileira. O Cedrap e Dom Paulo Evaristo Arns 1968-1978

Gianpietro Bertolin

Data de defesa: 7/4/2005

Banca: Profa. Dra. Maria Gabriela S. M. Marinho (Orientadora); Prof. Dr. Fernando Afonso Salla (Examinador);
Profa. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori

A Igreja Católica foi determinante na formação da cultura e educação no Brasil desde o período colonial e manteve grande poder durante o Império. Após a separação da Igreja e Estado em 1890, viu-se excluída da vida pública e posta à margem do processo de formação educacional e cultural da sociedade. Diante dessa situação, procurou reforçar os quadros internos e sua organização externa. Na década de 1950, ocorreram no Brasil uma série de eventos politicamente relevantes, com repercussões no interior da igreja católica, que se espalharam, a partir daí, para os ambientes estudantil, operário e ao campo, setores que buscavam promover a consciência social por meio de intensa mobilização. No mesmo período, segmentos da intelectualidade se moviam em torno de concepções e formulações para elaboração de um projeto nacional-desenvolvimentista. Na década de 1960, após o golpe militar, uma ala considerável da igreja católica se colocou na oposição e se fez presente como “a voz daqueles que não têm voz”. Numa conjuntura de fechamento político, intelectuais, dentro e fora da universidade, foram cassados, presos ou optaram pelo exílio. O trabalho procura mostrar o caminho de mudanças e transformações percorrido por setores da Igreja católica, a partir dos anos 50, como também o surgimento de uma nova intelectualidade de esquerda que soube introduzir uma forma diferenciada de interpretação social no Brasil. Analisa como a questão social é tratada politicamente por parte de uma ala da igreja católica, no período 1968-1978. Procura também investigar as motivações de cada um desses segmentos da sociedade, igreja e intelectuais, e trabalha com a hipótese de que ambos setores procuravam caminhos para a redemocratização do país. Desse modo, busca apontar os principais atores desse processo, os objetivos comuns, os canais de articulação, os espaços institucionais e a conjuntura. Procura outrossim demonstrar como, pela primeira vez na história do cristianismo no Brasil, uma igreja, presente em ambientes populares e auxiliada por um grupo escolhido de intelectuais de esquerda, adquire uma nova consciência dos problemas sociais e políticos e atua em conformidade. Estamos nos referindo à Igreja da Arquidiocese de São Paulo, envolvendo diretamente o cardeal arcebispo da época Dom Paulo Evaristo Arns, a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, dialogando com os intelectuais reunidos no Cedrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – articulando-se em iniciativas comuns e efetivas para que a sociedade pudesse voltar a participar na escolha do seu caminho de forma livre e democrática. O projeto foi desenvolvido pela pesquisa documental e bibliográfica disponível em arquivos públicos e privados, entre os quais, artigos de revistas e jornais como *Opinião*, *Movimento* e *O São Paulo*. Documentação relevante foi localizada na Cúria Arquidiocesana de São Paulo e no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cedrap).

Palavras-chave: Diálogo; Igreja católica; Intelectuais; Redemocratização brasileira; Direitos humanos; Cedrap; Comissão de Justiça e Paz.

Práticas sociais e pedagógicas no Asilo dos Expostos de Santa Casa de Misericórdia de São Paulo 1896-1950

José Fernando Teles da Rocha

Data de defesa: 21/2/2005

Banca: Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Junior (Orientador); Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal de Moraes (Examinadora); Profa. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori

Este trabalho pretende analisar as práticas sociais e pedagógicas ministradas no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Esta instituição fez parte integrante do processo de recolhimento e assistência à criança abandonada na cidade de São Paulo durante os quase 200 anos de sua existência. A análise enfoca como era o dia-a-dia dentro da casa para as crianças abandonadas, órfãs, pobres ou desvalidas ao longo do final do século XIX até a segunda metade do XX, mais precisamente entre 1896 e 1950. Mostra também os sistemas da roda de expostos e amas-de-leite, instrumentos de recolhimento e atendimento às crianças usados pela Santa Casa e, mais detidamente, as práticas pedagógicas ministradas a essas crianças na escola existente no interior da instituição. As fontes de pesquisa são basicamente os Relatórios da Mordomia, escritos pelos administradores do asilo, os mordomos de expostos. Por meio deles obtivemos grande parte das informações, constituindo a base desta pesquisa. Porém,

outras fontes primárias são analisadas, como jornais, cadernos, anuários de ensino e legislação educacional, na perspectiva de entender a política de assistência à infância em São Paulo.

Palavras-chave: Infância abandonada; Instituição; Educação.

A infância nos almanaques de farmácia 1920 a 1940

Maria das Graças Sândi Magalhães

Data de defesa: 22/2/2005

Banca: Prof. Dr. Moisés Kuhlmann Junior (Orientador); Profa. Dra. Margareth Brandini Park (Examinadora); Profa. Dra. Maria Gabriela S. M. Cunha Marinho

Atingindo um contingente significativo de leitores em virtude de grandes tiragens, distribuídas gratuitamente em todo o país, os *Almanaques de Farmácia* foram veículos de difusão não só de medicamentos, mas também de idéias relacionadas ao projeto de modernização da sociedade brasileira. Este trabalho analisa um componente importante desse ideário: os cuidados com a infância e atividades vinculadas ao universo escolar, presentes em editoriais, artigos e seções desses impressos, entre 1920 a 1940. Inicialmente discutem-se as orientações sobre cuidados com a primeira infância, com destaque para a amamentação. Nesse caso, foram utilizadas informações divulgadas não só nos almanaques de farmácia como também em manuais pediátricos da época. Tratando a mulher, em seu papel materno, como interlocutora privilegiada, esses impressos promoveram a infância como um dos elementos importantes dos discursos que ligavam as reformas sanitárias e as medidas de prevenção às doenças endêmicas com a afirmação do país no rol das nações “modernas”. As atividades ligadas a processos educacionais, constantes nas diversas seções dos impressos estudados, foram analisadas como parte de um discurso “civilizatório”, que também incluía os cuidados em relação à infância. Os almanaques apropriaram-se de idéias pedagógicas difundidas no Brasil, relacionadas à educação dos sentidos, ao racionalismo e valorização da ciência, divulgando-as para um público amplo. Encamparam também a defesa das campanhas de alfabetização, que fizeram parte do debate educacional durante o período analisado. Aproximando-se dos discursos ligados ao nacionalismo, à divulgação de regras higiênicas e a medidas que visavam a “melhoria da raça”, os almanaques de farmácia acompanharam a tônica dada às questões de saúde e educação entre as décadas de 1920 a 1940. Acentuando na década de 1920 as regras de puericultura – com destaque para o aleitamento materno – nas duas décadas seguintes os almanaques incorporaram a instituição escolar à imagem da infância.

Palavras-Chave: Almanaque de farmácia; Infância; Higiene; Educação.

Gênero, trabalho e educação. Análise preliminar da constituição do estudo de gênero e sua relação com os Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas na década de 1970

Vera Ribeiro dos Santos

Data de defesa: 29/8/2005

Banca: Profa. Dra. Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho (Orientadora); Profa. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori; Prof. Dr. João Elias Nery

O Núcleo de Pesquisas sobre Gênero, da Fundação Carlos Chagas, desde o início da publicação do periódico da instituição, *Cadernos de Pesquisa*, contribui com inúmeros artigos. Analisar a constituição de estudos de gênero e a relação com o *Cadernos de Pesquisa* é o objetivo deste trabalho. Inicialmente identifica-se o contexto do movimento feminista das décadas de 1960 e 1970 como articulador dos primeiros estudos sobre mulheres no Brasil, a organização das ciências sociais e a formação de centros de pesquisas. No segundo capítulo argumenta-se sobre “campo de pesquisa”, “comunidade científica” e a importância dos periódicos de divulgação científica. Em seguida, pela análise dos artigos publicados no periódico em questão, na década de 1970, observa-se a presença feminina no mercado de trabalho, com destaque para as diversas representações em torno da carreira do magistério, como um dos temas principais dos artigos publicados.

Palavras-chave: FCC; *Cadernos de Pesquisa*; Gênero; Trabalho; Educação.

I Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares

Subsídios para discussão da temática

- Políticas de gestão documental nas escolas;
- Ampliação da noção de documento (de administrativo – atividade-meio – para administrativo e pedagógico – atividade-meio e fim);
- Envolvimento da escola com a comunidade para organização e uso do documento escolar;
- Centralização do recolhimento de documentação permanente das escolas;
- Envolver as escolas, os professores e o poder público na organização, preservação e uso dos documentos escolares;
- Propor projetos junto às secretarias de educação para realização de diagnósticos visando levantar o interesse das escolas em organizar e preservar seu patrimônio documental. A partir deste levantamento poder-se-iam elaborar projetos pilotos para organização, preservação e uso dos documentos escolares;
- Necessidade de pensar estratégias diferenciadas para sensibilizar o poder público local e escolas na organização de acervos documentais e museus escolares;
- Seria importante que os projetos que têm priorizado a digitalização considerassem a conservação e preservação dos documentos;
- Contribuir com políticas públicas específicas para apoiar a constituição de arquivos, centros de documentação e memória e museus escolares;
- Contribuir para a institucionalização de centros de documentação e memória em universidades;
- Sensibilizar associações científicas para discussão sobre a preservação do patrimônio cultural escolar;
- Investir em um “Movimento Nacional” para que cada estado seja estimulado a organizar salvaguarda de documentos das escolas;
- Fomentar a continuidade do diálogo entre os diferentes grupos de pesquisa, centros documentação, centros de memória e bibliotecas;
- Fortalecer as relações entre as instituições memória e os cursos de graduação;
- Divulgação dos resultados das pesquisas das instituições memória;
- Realizar um próximo encontro sobre arquivos e museus escolares na perspectiva de trocas e aprofundamento das questões tematizadas (bianaual);
- Considerar linhas que contemplem de maneira específica organização de arquivos pessoais de pessoas comuns;
- Propor à SBHE a elaboração de um projeto nacional que englobe todas as experiências referentes à organização de arquivos escolares, centros de memória e museus escolares, como forma de pleitear subsídios.

Encaminhamentos

- 1) Sensibilizar o GT de História da Educação da ANPED para articular uma sessão especial abordando a temática (envolver, por exemplo, os Gts: Ensino superior, Letramento e alfabetização, Educação infantil, Negro e educação etc.);
- 2) Sensibilizar a SBHE para incluir a temática como eixo no IV Congresso Brasileiro de História da Educação;
- 3) O NIEPHE pode disponibilizar na página nomes, endereços eletrônicos, vínculo institucional e área de interesse para viabilizar trocas de experiências e contatos;
- 4) Publicação das mesas e das comunicações deste encontro;
- 5) Propor a organização do II Encontro sobre o tema.